

República

A realização de eleições presidenciais livres no dia mesmo consagrado à Proclamação da República, já com a pátina dos cem anos nos registros da História, é mais que uma coincidência deliberadamente lançada no calendário eleitoral. Ambos os eventos guardam, cada qual com as suas singularidades próprias, vinculações motivacionais com origem na vocação libertária do povo brasileiro e em sua histórica adesão ao selo da concórdia no desate dos impasses nacionais.

Os vapores da efervescência política adensados desde as revoluções federalistas em Pernambuco — 1817 e 1824 — não se diluíram durante o Primeiro Reinado. Antes, permaneceram em ebulição ao longo dos 67 anos do Segundo Reinado, até confinarem com diversos outros fatores de turbacão do panorama político. A chamada Questão Militar, que deveria seguir os trâmites da burocracia administrativa, pois encerrava reivindicações de natureza funcional, acabou transposta ao plano político. É que o Exército, há pouco trazido de volta aos quartéis depois de uma vitória final contra o Paraguai, se constituiu em instituição provida de larga influência junto ao Trono e à sociedade.

Com esse pano de fundo nada favorável, D. Pedro insistia em exercer prerrogativas excepcionais, previstas no chamado Poder Moderador, entre as quais a de nomear os senadores, designar e destituir o Ministério e dissolver a Câmara. Era uma ofensa reiterada à consciência democrática do País, àquela altura convertido, nas expressões dominantes de sua elite política — Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, o coronel Benjamin Constant e outros — aos ventos liberalizantes soprados da França.

Sopesados devidamente esses pressupostos, a derrubada da monarquia em 1889, em consequência da revolta do Exército comandada pelo marechal Deodoro da Fonseca — onde não houve um só tiro — não teria causado tanta surpresa quanto ocorreu então.

O pleito direto que hoje se realiza para escolha, em primeiro escrutínio, do futuro presidente da República culmina um processo de turbulência política em quase tudo semelhante ao que precedeu à Proclamação da

República. O regime autoritário chegado ao poder em 1964 à Força de uma insurreição militar atropelou o processo histórico, ao revelar-se, durante 21 anos, insensível ao clamor da sociedade pela devolução ao povo dos direitos de cidadania.

Os fermentos da inconformidade, lastreados nos mesmos valores libertários cultivados no movimento republicano de 1889, desencadearam o maior movimento civilista já ocorrido na história contemporânea do País. Desgastado pelo uso excessivo dos instrumentos de repressão política, o regime de 64 cedeu à avalanche de protestos pela redemocratização. Uma composição entre desavindos do poder em declínio e as lideranças adversárias acabou por tornar viável a eleição de um opositor à Presidência da República. Desde então, acelerou-se o processo de reconstitucionalização e arejamento democrático do regime, de que o pleito agora em curso é a expressão mais alta.

Estão ainda distantes, contudo, os elementos reformadores de conteúdo social que de fato impulsionam as idéias republicanas. Se é verdade que o Brasil, em cem anos de República, ergueu-se acima de uma economia incipiente, caudatária de relações de força engendradas no mundo exterior, para transformar-se na oitava posição capitalista, não se deve ocultar o fato de que alguns milhões de brasileiros ainda jazem à margem da civilização industrial. Mas as sugestões da **res publica** (coisa pública) inspiradoras das idéias dominantes hoje no Brasil, no sentido de que o poder deve ser um patrimônio de todos e um agente da felicidade coletiva, continuam vivas, palpitantes, na alma nacional, graças aos construtores da República.

Aos que protestam contra o escasso brilho emprestado às comemorações do Centenário da República, é indispensável a compreensão segundo a qual nenhuma homenagem ao evento poderia ser mais expressiva do que fazê-lo coincidir com a devolução ao povo de seus direitos de soberania. Pois, entre tantos significados cívicos, o pleito de hoje resplandece em cintilações mais vivas por reconduzir a sociedade nacional ao centro das decisões políticas. Um anseio que, afinal, se confunde com a própria idéia de República.